



## Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas Resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), acompanhando o Movimento do Acesso Aberto ao Conhecimento Científico, fez publicar em maio de 2014 o documento “Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas Resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT”. Este documento, profundamente vinculativo, cujo conteúdo se transcreve mais abaixo com o intuito de o divulgar à comunidade académica do IPCB, procura refletir um conjunto de normas e recomendações relativamente à colocação em acesso livre e *online* de publicações sujeitas a revisão por pares e de dados resultantes da investigação científica, total ou parcialmente financiada pela FCT.

De acordo com a informação disponível na página da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (<https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml>) a política determina que devem ser depositadas em acesso aberto, logo que possível, num dos repositórios do Projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), todas as publicações que tenham por

base financiamento da FCT e que sejam sujeitas a revisão por pares ou a qualquer outra forma de revisão científica, incluindo-se neste âmbito artigos científicos publicados em revistas científicas, atas e outros produtos resultantes de conferências, pôsteres, livros e capítulos de livros, monografias, teses de doutoramento e dissertações de mestrado.

A política prevê a existência de períodos de embargo que, no caso dos artigos científicos das áreas das ciências sociais, podem ir até ao máximo de 12 meses de duração, enquanto nas restantes áreas científicas não podem ultrapassar os 6 meses de duração. O período de embargo de livros, capítulos de livros e monografias está indexado ao prazo para manutenção obrigatória do preço dos livros (Decreto-Lei.º 216/2000 de 2 de setembro - Lei do Preço Fixo do Livro). Quanto às teses de doutoramento o período de embargo pode ter uma duração máxima de até 36 meses, contados a partir da data de concessão do grau. Em qualquer dos casos, no momento do depósito devem ficar

disponíveis, de imediato, os metadados do documento e a indicação do respetivo período de embargo.

A Política de Acesso Aberto a Publicações Científicas Resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT, foi adotada no dia 5 de maio de 2014 sendo aplicável à publicações científicas financiadas pela FCT, resultantes de concursos abertos a partir de 5 de maio de 2014.

O documento que abaixo se apresenta, na íntegra, pode ser encontrado em [https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto\\_Publicacoes.pdf](https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf). A sua inclusão, no n.º 33 da Newsletter do RCIPCB, tem como finalidade exclusiva a sua divulgação pelos docentes e investigadores do IPCB, alertando-os para as implicações da Política de Acesso Aberto da FCT ao nível das publicações científicas produzidas no âmbito das atividades por ela abrangidas.

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

## Texto integral da “Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT (adotada em 5 de maio de 2014)

### 1. Introdução

A disponibilização aberta dos resultados da investigação realizada com recurso a financiamento público tem significativos benefícios sociais e económicos. Em linha com o que vem sendo crescentemente adotado por agências públicas de financiamento de I&D de outros países e com as recomendações da Comissão Europeia de 17 de Julho de 2012<sup>1</sup>, a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP – adota a presente política de obrigatoriedade de disponibilização em Acesso Aberto das publicações resultantes dos projetos de I&D que financia.

### 2. Definição de Acesso Aberto a Publicações Científicas

Para efeitos do presente documento, entende-se por Acesso Aberto a Publicações Científicas o acesso através da Internet, sem restrições, a publicações resultantes dos projetos de I&D<sup>2</sup> financiados total ou parcialmente<sup>3</sup> pela FCT, sujeitas a processos de revisão ou validação científica, incluindo processos formais de arbitragem por pares (peer review). Qualquer utilizador deve poder livremente, sem custos, aceder em qualquer momento e sem quaisquer restrições de conteúdo<sup>4</sup> a estas publicações científicas em formato eletrónico. A publicação

em acesso aberto deve ainda permitir a pesquisa e reutilização do conteúdo das publicações, tanto manualmente, como com recurso a instrumentos automáticos. A reutilização deve ser objeto de correta atribuição de autoria e origem.

### 3. Obrigações dos beneficiários de financiamento

Os beneficiários de financiamento devem maximizar as oportunidades de disponibilização dos resultados de projetos de investigação financiados total ou parcialmente pela FCT, sem custos para potenciais utilizadores. Nesse sentido:

3.1. Todas as publicações sujeitas a arbitragem por pares ou a outros processos de revisão ou validação científica que incluam resultados de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT devem ser obrigatoriamente depositadas pelos autores, em versão final<sup>5</sup>, pelo menos num repositório integrante da rede RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, sem prejuízo do seu possível depósito em outros repositórios, como PubMed Central, ArXiv ou outros.

a) O depósito das publicações deve ocorrer logo que possível, de preferência no

momento de aceitação para publicação ou imediatamente após a publicação formal.

b) O Acesso Aberto ao conteúdo integral das publicações deve ser permitido logo que possível, de preferência desde o momento da publicação ou depósito. São autorizados períodos de embargo ao Acesso Aberto de duração máxima de 12 meses para as publicações nas áreas das ciências sociais, humanidades ou artes e de 6 meses para as publicações das restantes áreas científicas. Os períodos de embargo aplicáveis a livros, capítulos de livros, monografias e teses de doutoramento são referidos, respetivamente, nos pontos 3.2. e 3.3.

c) No momento do depósito deverão ficar imediatamente disponíveis:

- i) os metadados<sup>6</sup> das publicações;
- ii) a indicação do período de embargo a que o conteúdo da publicação está sujeito, se aplicável.

d) As publicações devem obrigatoriamente incluir referência aos materiais de investigação subjacentes – tais como dados, amostras, modelos, ou outros produtos que sustentam a publicação. Recomenda-se que estes sejam disponibilizados a outros investigadores sempre que solicitados e cumprindo os condicionamentos legais vigentes.

e) Todas as publicações objeto da presente Política devem obrigatoriamente incluir referência ao financiamento da FCT, de acordo com as especificações previstas nas normas de publicidade aplicáveis aos projetos e nas normas de informação e publicação de apoios para beneficiários da FCT.

f) A FCT recomenda que os autores das obras que se encontrem no âmbito de aplicação da presente política protejam os direitos de propriedade intelectual que detêm sobre as mesmas através da aplicação de uma licença de acesso e reutilização compatível com a presente política, nomeadamente a licença Creative Commons CC-BY<sup>7</sup>.

3.2. Os livros, capítulos de livros e monografias que resultem ou se integrem em projetos de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT devem ser obrigatoriamente depositados pelos seus autores, em versão final, até à data da sua publicação, pelo menos num repositório integrante da rede RCAAP. São autorizados períodos de embargo à disponibilização em Acesso Aberto, indexados ao prazo para manutenção obrigatória do preço dos livros estabelecido no Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de Setembro, designada Lei do Preço Fixo do Livro<sup>8</sup>, contados desde o momento da publicação formal. No momento do depósito deverão ficar imediatamente disponíveis os metadados da publicação e a indicação do período de embargo a que o conteúdo da publicação está sujeito. No final do período de embargo o conteúdo integral passará a estar disponível em Acesso Aberto num repositório integrante da rede RCAAP.

3.3. As teses de doutoramento que resultem ou se integrem em projetos de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT devem ser obrigatoriamente depositadas nos termos do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto<sup>9</sup> e sua regulamentação. São autorizados períodos de embargo à disponibilização em Acesso Aberto com a duração máxima de 36 meses, contados desde a data de concessão do grau de doutor. No momento do depósito deverão ficar imediatamente disponíveis os metadados da publicação depositada e a indicação do período de embargo a que o conteúdo da publicação está sujeito. No final do período de embargo o conteúdo

integral passará a estar disponível em Acesso Aberto num repositório integrante da rede RCAAP.

#### 4. Elegibilidade de Custos de Processamento da Publicação em financiamentos da FCT

Os Custos de Processamento da Publicação (CPP) exigidos por algumas editoras aos autores são elegíveis para reembolso, como custos diretos ou indiretos, no âmbito do financiamento pela FCT de projetos, unidades de investigação ou bolsas a que respeitem os resultados incluídos na publicação. Este reembolso está, no entanto, subordinado à satisfação dos seguintes requisitos:

- a) seja disponibilizado na Internet o acesso imediato ao conteúdo integral da versão final da publicação;
- b) seja autorizado o depósito imediato desta versão noutros repositórios que não o da própria revista ou editora;
- c) seja aplicada a Licença Creative Commons CC-BY, ou equivalente, ao conteúdo integral da publicação para ambos os casos acima referidos, não se admitindo qualquer restrição ao acesso ao – ou à reutilização do – conteúdo da publicação;
- d) os CPP não ultrapassem um valor que será estabelecido e atualizado de acordo com a evolução das melhores práticas internacionais em matéria de políticas de publicação em Acesso Aberto.

#### 5. Entrada em vigor da política

A presente política aplica-se às publicações científicas resultantes de financiamento total ou parcialmente concedido pela FCT, no âmbito de concursos abertos a partir de 5 de maio de 2014.

Os investigadores são encorajados a disponibilizar as suas publicações científicas de acordo com esta política tão cedo quanto possível, assim como as suas publicações científicas anteriores.

#### 6. Acompanhamento e revisão da política

A FCT estabelecerá mecanismos de acompanhamento para assegurar o cumprimento desta política. O não cumprimento desta política constitui incumprimento do contrato de financiamento.

A presente política será sujeita a revisão regular.

- 1 Comunicação Towards better access to scientific information: Boosting the benefits of public investments in research, e Recommendation on access to and preservation of scientific information.
- 2 Incluem-se nesta definição nomeadamente, mas não exclusivamente, artigos publicados em revistas científicas, atas e outros produtos resultantes de conferências, posters, livros e capítulos de livros, mono-grafias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.
- 3 Para efeitos da presente Política, entende-se como financiamento total ou parcial da FCT o financiamento concedido ao abrigo nomeadamente de projetos de I&D, de bolsas (todas as tipologias) e do emprego científico (exemplo: Investigador FCT ou equivalente). A indicação do financiamento a que se refere esta Política será revista em função das alterações que a FCT vier a produzir neste domínio.
- 4 Entende-se que o conteúdo de uma publicação é o texto e todos os outros elementos (figuras, tabelas) incluídos na forma final da publicação.
- 5 Entende-se por versão final quer a versão do editor, quando permitido, quer a versão final do autor aceite para publicação, incluindo todas as modificações introduzidas no processo de arbitragem, mas sem a formatação final do editor.
- 6 Os metadados de uma publicação consistem no título da obra, autor, título da revista, resumo, descrição ou abstract, palavras-chave, data, editora, Uniform Resource Identifier (URI), ISBN e informação das coleções em que aparece (nos casos aplicáveis), entre outras informações.
- 7 A Licença Creative Commons CC-BY (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/pt/legalcode>) permite partilhar (copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato) e adaptar (transformar e criar a partir do material) para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que seja atribuído o devido crédito ao autor, fornecida uma hiperligação para a licença, e indicado se foram feitas alterações.
- 8 O Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de Setembro que altera o Decreto-Lei 176/96, de 21 de Setembro, que instituiu o designado “Preço Fixo do Livro”, fixa o prazo de manutenção obrigatória do preço do livro em 18 meses. O prazo de embargo estabelecido neste ponto será revisto em função das alterações legislativas que se vierem a produzir.
- 9 O prazo de depósito e de embargo estabelecido neste ponto será revisto em função das alterações legislativas que se vierem a produzir.



Inscrições em: <http://www.acessoaberto.pt/c/index.php/confoa2014/2014>

### O RCIPCB em números

Comunidades	Total doc. depositados*	Data verificação
ESACB	1049	20140716
ESALD	167	20140716
ESART	127	20140716
ESECB	601	20140716
ESGIN	142	20140716
ESTCB	285	20140716
IPCB	26	20140716

Fonte: RCIPCB, \* inclui doc. mapeados

M.E.R.